

Redução da maioridade penal

Arthur Pinheiro Chaves*

A ocorrência recente de crimes amplamente divulgados e que chocaram a sociedade pela sua crueldade, com a participação de menores, destacando-se aquele que vitimou o pequeno João Hélio, um menino de 6 anos que morreu arrastado por 7 km, percorrendo quatro bairros do subúrbio do Rio de Janeiro, ou a possibilidade de volta às ruas de “Champinha”, quando menor assassinou cruelmente um casal de jovens paulistas, trouxe à baila a discussão acerca da redução da maioridade penal.

Atualmente a previsão dos 18 anos para a maioridade se encontra no Texto Consistucional, no art. 228, bem como no art. 27 do Código Penal Brasileiro. Essa última lei trata da questão ao regular a imputabilidade penal, presumindo, de forma absoluta, que o menor de 18 anos não apresenta um dos elementos da culpabilidade, qual seja, a imputabilidade. O menor de 18 anos é inimputável, ou seja, não tem a capacidade de entender o caráter ilícito do fato criminoso e nem de se determinar de acordo com esse entendimento para praticar o ato, ficando, por consequência, isento de pena. Adotou-se, na hipótese, o critério biológico para a definição da maioridade, levando em conta apenas o aspecto cronológico-etário, não importando o desenvolvimento psicológico do indivíduo.

O limite etário apontado, contudo, tem se mostrado insuficiente para coibir a criminalidade, servindo, ao contrário, para incentivar a marginalidade, através, por exemplo, do uso de menores por quadrilhas na prática de crimes, com a certeza da impunidade. Não se pode olvidar, entretanto, que o Código Penal, Decreto-Lei 2.848, de 07/12/1940, é do início da década de quarenta, quando sequer havia televisão nos lares brasileiros. Hoje, por mais aliado que seja o cidadão do acesso aos bens materiais, a maioria dos lares brasileiros possui uma televisão, mencionada por ser meio fácil e instantâneo de acesso à informação, influenciando na maturidade mais precoce da juventude. O jovem de 16 anos do ano de 2007 não é o jovem de 16 anos do ano de 1940, data em que surgiu o Código Penal vigente. A época era outra, os valores também, assim como o

acesso à informação, havendo mais precoce desenvolvimento volitivo na atualidade.

Hodiernamente se mostra inconcebível achar que um menor de 16 anos seja considerado, por presunção absoluta, incapaz de entender a gravidade da prática de um estupro, de um homicídio, latrocínio ou de uma extorsão mediante seqüestro, por exemplo. O argumento trazido por alguns, concernente ao aspecto social da “falta de oportunidade” de alguns jovens, o que influiria no seu entendimento, não serve.

A noção de que há fatos que atingem de forma mais agressiva os bens socialmente protegidos, como é o caso dos chamados crimes hediondos, não refoge ao entendimento de uma pessoa de 16 anos com desenvolvimento intelectual médio, com a noção do chamado homem médio ou *bonus pater familiae*, independente da classe social que ocupe ou do seu nível de instrução. É inerente ao convívio social. Pensar de outra forma é fechar os olhos para a realidade. Se um indivíduo com a referida idade não tem a noção da gravidade de tais fatos, não se espera que aos 18 anos a adquira. Nesse caso, parece que a hipótese de ausência de imputabilidade poderá ser outra, não guardando relação com a idade, e sim com a doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, de que trata o art. 26 do Código Penal. De outra banda, o amadurecimento físico na idade acima referida (16 anos) se encontra praticamente completo, propiciando ao menor o uso de força física para a prática de violência no cometimento de fatos tipificados como crimes, especialmente contra pessoas do sexo feminino.

A tendência de amadurecimento mais precoce, em face do transcurso do tempo e da evolução da sociedade, não passou despercebida do legislador, por exemplo, quando reduziu a maioridade civil para 18 anos, com o Código Civil de 2002 (art. 5º da Lei 10.406, de 10/01/2002 – Novo Código Civil). Em países mais avançados, como é o caso da Inglaterra, a questão é tratada de outra maneira, sendo que o menor de 10 anos pode ser responsabilizado penalmente.

Sem chegar ao ponto do que ocorre em sociedades como a inglesa, é preciso que se encontre um meio termo e se adotem soluções. Se a redução da maiorida-

* Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará.

de em relação à prática de todo e qualquer ilícito penal encontra maior resistência em sua aprovação, que se dê ao menos para alguns tipos de crimes que atingem de forma mais profunda o bem-estar social, como é o caso do homicídio, latrocínio, estupro ou extorsão mediante seqüestro, já mencionados acima.

Outra possibilidade é a de que o atual limite de três anos previsto pelo art. 121, § 3º, do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990) para o cumprimento de medida socioeducativa de internação, que resulta na consequência de que um menor que cometa crime, por mais grave que seja, esteja livre aos 21 anos, seja aumentado, de forma a que o menor infrator possa ter sua liberdade restringida até um limite etário maior, sofrendo sanção proporcional ao ilícito praticado.

Muito se fala que o clamor público, resultante de determinado fato isolado, como o citado no início deste texto, relativo ao pequeno João Hélio, não pode servir de motivação para a efetivação de mudanças legislativas desse jaez, sob pena de afronta impensada a direitos relativos à garantia da liberdade. Trata-se, contudo, de meia-verdade. Não se pode olvidar que o conceito de preservação da liberdade, entendida da forma mais ampla possível, passa também pela possibilidade de o cidadão de bem poder viver e circular livremente em um ambiente social seguro. O clamor público, em verdade, reflete a realidade e os anseios sociais de determinada época, devendo, portanto, ter ressonância no Congresso Nacional de um país, que nada mais é que a representação da sociedade na função de legislar, sendo seus integrantes mandatários a espelhar o meio social em rebuliço. Como, então, deixar de refletir tal realidade?

É preciso, portanto, mudança, sob pena de incentivo à criminalidade e de forma a se evitar que outros Joões Hélios sofram barbáries, sem maiores consequências para o menor infrator, ou que novos “Champinhas” tenham a possibilidade de voltar às ruas rápido demais, deixando na sociedade a sensação amarga de indignação, insegurança e impunidade.

Bibliografia

Código penal anotado/Damásio E. de Jesus – 10 ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2000.